



Avaliação da efetividade de resolução de conflitos no comitê de gerenciamento da bacia hidrográfica do rio Santa Maria

Priscila Menezes Brum ¹, Luiz Fernando Silva de Godoi ², Stefânia Guedes de Godoi ³, Orientador: Prof. Dr. Rafael Cabral Cruz ⁴

¹ Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (priscilamenezesbrum@gmail.com)

^{2,3} Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (luiz.stefania@ibest.com.br)

⁴ Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (rafaelcabralcruz@gmail.com)

Resumo

Este texto tem por finalidade apresentar os resultados preliminares relacionados à efetividade da resolução de conflitos no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria.

Foram analisadas as atas de número setenta e sete (77) até oitenta e seis (86) do Comitê. Em cada ata, foram avaliados os conflitos presentes, os encaminhamentos e a gravidade das discussões, sendo, também, relevante à presença de titulares e suplentes.

Foi observado que nas reuniões do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria não estão ocorrendo discussões referentes à natureza jurídica do Comitê, o que está relacionado à não ocorrência de encaminhamentos no período analisado. A falta de resolutividade das questões do Comitê pode ser uma explicação da queda no índice de frequência de titulares e suplentes.

Palavras-chave: Bacia Hidrográfica. Gerenciamento. Conflitos.

Área Temática: Recursos Hídricos.

1 Introdução

Os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas fazem a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos, bem como negociam conflitos, respeitando a Lei e a preservação destes recursos (LANNA, 1995; MACHADO, 2002). Deverão ser compostos por representantes das seguintes categorias: usuários da água, população e diversos órgãos da administração direta federal e estadual atuantes na bacia e relacionados com os recursos hídricos, para garantir a legitimidade de atuação do Comitê (MADEIRA, 1999).

A Lei Federal 9.433/97 prevê, em seu art.33, que os Comitês de Bacia Hidrográfica são entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. No Rio Grande do Sul, a Lei 10.350, de 30 de dezembro de 1994, instituiu o Sistema de Recursos Hídricos do Estado.

Na Bacia do Rio Santa Maria ocorre aumento da demanda dos recursos hídricos, gerando escassez destes recursos principalmente nos meses de verão, determinando conflitos entre orizicultores, órgãos de abastecimento público e uso para balneabilidade (CRUZ *et al*, 2005). Estes conflitos foram os principais motivos para a mobilização das comunidades dos municípios da Bacia para a criação, em 1994, do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (Decreto Estadual 35.103, de 01/02/94). A Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria está localizada na fronteira sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, possui área de 15.739 km² e pertence à Região Hidrográfica do Uruguai. O rio Santa Maria nasce a nordeste da sede do município de Dom Pedrito e tem o seu exutório na confluência com o rio Ibicuí-Mirim e, juntamente com este, forma o rio Ibicuí, no município



de Cacequi. No interior da bacia estão instaladas as sedes dos municípios de Cacequi, Santana do Livramento, Rosário do Sul e Dom Pedrito. Os municípios de Lavras do Sul e São Gabriel possuem sedes situadas fora da bacia (MADEIRA, 1999).

O objetivo desse trabalho foi medir a efetividade da resolução de conflitos no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria com base na análise das atas das reuniões do Comitê.

2 Material e métodos

Foram analisadas atas de número setenta e sete (77) até oitenta e seis (86) das reuniões do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, gentilmente cedidas pelo presidente do Comitê, Júlio Vasconcelos, que abarcaram o período de três de fevereiro de dois mil e seis a quatro de dezembro de dois mil e seis. As atas anteriores a esse período não foram analisadas devido à falta de informações referentes à identificação das entidades participantes e a lista de presença de titulares e suplentes.

Após as atas serem lidas e interpretadas, as entidades membros do Comitê foram listadas com seus respectivos representantes. Conforme o art.13 da Lei Estadual 10.350/94, as entidades membros são: os representantes dos usuários da água, representantes da população da bacia e representantes dos diversos órgãos da administração direta federal e estadual.

Foram geradas tabelas da frequência dos representantes (titulares e suplentes) de cada entidade por reunião. Também foram geradas tabelas de conflitos presentes, as quais foram elaboradas com base na listagem de entidades. Estas foram preenchidas com os conflitos presentes, os encaminhamentos e a gravidade das discussões, sendo também registrada a presença de titulares e suplentes.

As atas possibilitaram a identificação de divergências do tema em discussão, dos representantes conflitantes, do grau de gravidade do conflito e número de encaminhamentos.

De acordo com Campos & Studart (2003):

Pode-se definir conflito na gestão de águas como uma disputa entre diferentes atores sociais, usuários de água, sobre o acesso, o uso ou a forma de administrar o recurso água. Por sua vez, o conflito entre o uso das águas, como na abordagem clássica, seriam disputas entre diferentes setores de uso da água, como irrigação, navegação, geração hidro-elétrica, pela mesma disponibilidade.

O grau de gravidade é a caracterização da discussão em torno dos conflitos. Sua ocorrência, juntamente com os encaminhamentos, são indicadores do funcionamento do Comitê, pois o sistema não estará funcionando se as discussões forem com ânimos exaltados e não levarem à solução dos problemas.

Para pontuar os conflitos foi utilizado o Quadro 1.

Grau de gravidade dos conflitos	presença de encaminhamento	
	<i>sim</i>	<i>não</i>
<i>discussão agressiva</i>	2	4
<i>discussão normal</i>	1	3
<i>sem discussão</i>	0	0

Fonte: adaptado de Cruz *et al.* (2006)

Quadro 1 – Matriz de pontuação dos conflitos.

Conforme o quadro 1, o grau de gravidade dos conflitos recebeu a seguinte pontuação:

- índice 4 – os conflitantes apresentavam ânimos exaltados e não geraram encaminhamentos;
- índice 3 – foi atribuído a discussões não agressivas, que não geraram



encaminhamentos;

- índice 2 – discussões agressivas que geraram encaminhamentos;
- índice 1 – discussões pacíficas que geraram encaminhamentos;
- índice 0 – conflitos que não geraram discussões e não houve encaminhamentos.

As tabelas de frequência e conflitos originaram um quadro síntese, onde foram listadas, ata por ata, as porcentagens de frequências dos representantes (titulares e suplentes), o índice de gravidade o número de encaminhamentos e observações sobre cada reunião.

As conclusões sobre a dinâmica do Comitê foram geradas a partir dos dados presentes no quadro síntese.

3 Resultados e discussão

O Quadro 2 apresenta os resultados preliminares do índice de gravidade, número de encaminhamentos e frequências de titulares e de suplentes do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, atas 77 a 86 (do ano de 2006).

Índice de gravidade, número de encaminhamentos e frequências de titulares e de suplentes do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, atas 77 a 86 (do ano de 2006)					
Atas	Índice de gravidade	Número de encaminhamentos	Freq. Titulares (%)	Freq. Suplentes (%)	Observações
77	0	0	93,5	80,6	Abastecimento público
78	0	0	74,4	29	Relatos
79	0	0	83,8	48,3	Relatos
80	0	0	70,9	29	Relatos
81	4	0	74	48	Produtores que puxam água no local denominado “Lagoão”
82	0	0	80,6	38,7	Relatos
83	0	0	58	41,9	Relatos
84	0	0	51,6	38,7	Relatos
85	0	0	61	16	Relatos
86	0	0	48	25,8	Relatos

Quadro 2 – Índice de gravidade, número de encaminhamentos e frequências de titulares e de suplentes do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, atas 77 a 86 (do ano de 2006).



A Figura 1 foi construída a partir dos dados do quadro síntese, que foi a base para avaliação da resolutividade do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria.

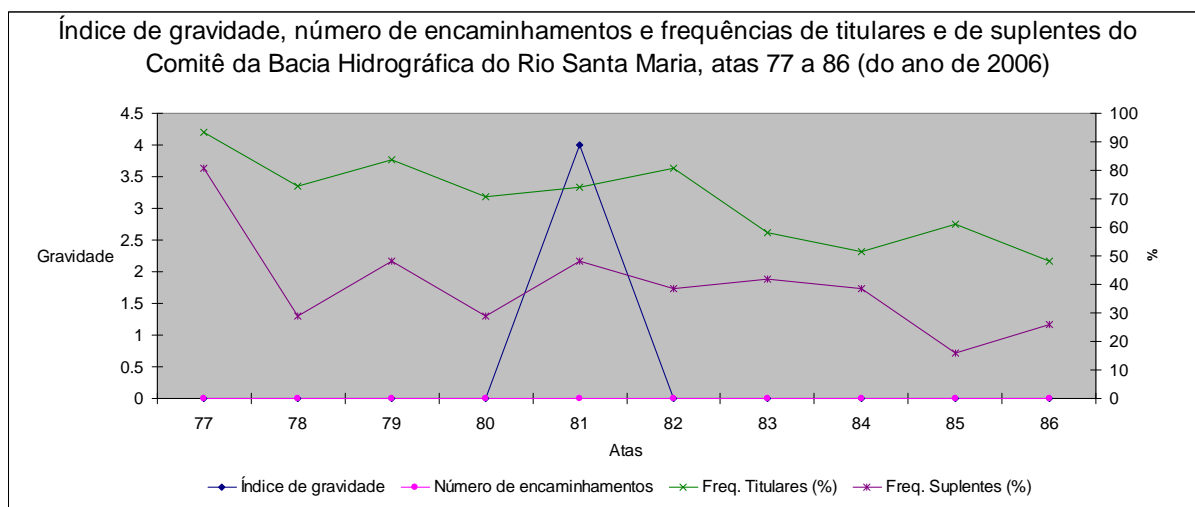


Figura 1 – Valores de índice de gravidade, número de encaminhamentos e frequência dos titulares e suplentes do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, atas 77 a 86 (do ano de 2006).

Observando-se a Figura 1, percebe-se que o índice de gravidade apresentou apenas um pico de discussão agressiva, os demais conflitos não geraram discussões, nota-se também, que no período analisado não houve nenhum encaminhamento e a frequência de titulares e suplentes apresentou um considerável declive. Isto pode estar associado ao fato de que o Comitê está em fase de acompanhamento da execução dos encaminhamentos tomados em períodos anteriores ao registrado neste trabalho.

Em grande parte das reuniões, houve apenas relatos de atividades e encaminhamentos administrativos.

Os resultados preliminares foram apresentados em uma reunião da Comissão Permanente de Assessoramento e debatidos, tendo contribuído para uma ampla reflexão sobre as práticas do Comitê e resultado em sugestões para melhoria da dinâmica do mesmo.

4 Conclusão

Concluimos com base nos dados apresentados, que no período analisado, o Comitê não discutiu e encaminhou, na maior parte das suas reuniões, conflitos de usos dos recursos hídricos, não sendo efetivo no cumprimento de seus objetivos definidos na legislação. Em consequência, não houve encaminhamentos e a frequência de titulares e suplentes apresentou um considerável declive, caracterizando a perda de capacidade de mobilização de membros titulares e suplentes.

Os dados apontam que o Comitê pode estar em fase de acompanhamento da execução dos encaminhamentos anteriores. A leitura das atas anteriores ao período analisado poderá fornecer informações para analisar-se o momento em que o Comitê encontra-se.

No presente momento, o Comitê apresenta-se homogêneo, pois as votações são em consenso, podendo ser um indicativo que há um grau de confiança nos dirigentes do Comitê, o que pode ter influenciado na diminuição do número de discussões. Para validação desta hipótese, sugere-se a realização de entrevistas com os membros do Comitê.



As atas das reuniões da CPA (Comissão Permanente de Assessoramento) e das demais comissões permanentes não foram analisadas, as quais poderiam justificar os resultados da análise das atas das reuniões do Comitê.

Os resultados apresentados são preliminares, não permitem obter muitas conclusões, pois o projeto de avaliação da efetividade da resolução de conflitos no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria está em andamento.

Na continuidade do projeto, pretende-se utilizar gravações das reuniões do Comitê, o que facilitará a análise dos conflitos. Também se pretende analisar as atas das reuniões da CPA e das demais comissões permanentes, tendo em vista que muitos conflitos são encaminhados às reuniões da CPA, onde são discutidos, e apenas os relatos e os encaminhamentos são levados ao plenário do Comitê para aprovação dos membros do mesmo.

A boa receptividade do trabalho em reunião da CPA e as reflexões sobre a sua prática demonstram a potencialidade desta metodologia, de fácil compreensão mesmo para os membros do Comitê de menor grau de instrução, uma vez que mostra em forma tabular e gráfica a dinâmica do Comitê, sem particularizar atores do processo, o que facilita a discussão entre os diversos membros.

Referências

CAMPOS, N. & STUDART, T. *Gestão de Águas - Princípios e Práticas*. 2 ed., Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003. 242 p.

CRUZ, J. C.; DEWES, R.; SILVEIRA, G. L. DA & CRUZ, R. C. Estratégia evolutiva de outorga de uso da água: caso de usuários hidroagrícolas no Rio Grande do Sul, Brasil. *Rega/Global Water Partnership South América*. – Vol, 3, no. 1(jan./jun. 2006) p. 5-16, – Santiago: GWP/South América, 2005.

CRUZ, R. C. et al. *Dinâmica de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Vacacaí e Vacacaí-Mirim*. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2006. 17 p. (Trabalho Acadêmico. Curso de Engenharia Ambiental – Gerenciamento de Recursos Hídricos)

LANNA, A. E. L. *Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 1995. 171 p.

MACHADO, P. A. L. *Recursos hídricos – Direito Brasileiro e Internacional*. São Paulo: Malheiros Editores, 2002. 216 p.

MADEIRA, M.M. *Opiniões e Divergências entre os Segmentos Sociais do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria (RS)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. 198 p. (Dissertação. Mestrado em Ecologia).